

- a) A execução da política governamental de apoio às atividades produtivas do Estado, através da promoção de investimentos públicos ou privados nos diversos setores da economia;
- b) Pesquisa lavra industrialização e comercialização de minérios;
- c) Construção, instalação e exploração de usinas de beneficiamento e industrialização de matérias-primas;
- d) Elaboração de projetos, colaboração técnica, participação acionária ou financiamento a empreendimentos para o desenvolvimento do Estado;
- e) Prestação de serviços que, pela natureza, possam contribuir para o melhor aproveitamento e rentabilidade da Companhia ou que seja de interesse para a economia do Estado;
- f) Administração, direta ou indiretamente, das terras do Estado que fazem parte ou deverão ser incorporadas ao patrimônio da Companhia;
- g) Responsável pela administração e concessão do Porto de Luís Correia;
- h) Responsável pela administração da Zona de Processamento de Exportação, criada pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A partir de 01 de janeiro de 1996 não mais é previsto o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios.

b) Aplicações Financeiras

São investimentos temporários de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição que não excede aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

d) Impostos e Taxas

Os impostos e taxas são calculados de acordo com a Legislação Fiscal vigente. O regime de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social é com base no Lucro Real.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos, ressaltando-se que no ano-calendário de 2006 não houve o reconhecimento da despesa de depreciação.

f) Fornecedores e Empregados

Estão registrados pelo valor das faturas originais, acrescidas pelos encargos financeiros previstos contratualmente.

g) Recursos Destinados para Aumento de Capital

Os recursos recebidos com expressa condição de serem aplicados em integralização de futuro aumento de capital social, foram classificados no exercício de 2006 no passivo exigível a longo prazo.

4. CAIXA E BANCOS

Os saldos das contas caixa e bancos seguem demonstrados a seguir:

CAIXA E BANCOS	31.08.2007	2006
Caixa Geral	33.846	27.085
Bancos Conta Movimento	125.239	287.316
TOTAL	159.085	314.401

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se basicamente a recursos aplicados, provenientes de convênios celebrados. Estes instrumentos contêm cláusulas específicas determinando a forma de aplicação dos recursos. Os convênios foram celebrados com o Governo do Estado ou com sua interveniência. A composição dos saldos é a seguinte:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31.08.2007	2006
Banco do Brasil C/C 6270-7 PAV. ASFÁLTICA	537.308	566.650
Banco do Brasil C/C 6121-2 Barr. Estreito	528.541	2.085.596
CEF C/C 4021-9 B. TINGUINS	36.505	1.069.634
BANCO DO BRASIL C/C 5995-1 POÇO MARRUÁ	100.020	385.968
Outros	16	15
TOTAL	1.202.390	4.107.863

6. APLICAÇÕES DE CONVÊNIOS

Refere-se a gastos efetuados em obras decorrentes de convênios celebrados. Estes gastos são deduzidos de receitas de aplicações de recursos liberados de cada convênio. Os saldos de convênios liquidados em 2007 referem-se a obras já concluídas, cujos contratos se extinguíram com a conclusão das mesmas. Os saldos estão assim apresentados:

APLICAÇÕES E CONVÊNIOS	31.08.2007	2006
Barragem Tinguins C/C 10502-3	-	-
Pedra Redonda C/C 10047-9	-	-
Barragem Algodão II C/C 1112-3	-	-
Poço Marruá C/C 10715-8	-	-
Algodões II C/C 15591-8	-	-
Uruçuí Preto C/C 15691-4	-	-
Bom Preço C/C 252716-0	-	-
Cond. Conv. C/C 17484-X	-	-
Barragem Atalaia C/C 16390-2	-	-
Barragem V. Grande C/C 16317-1	-	-
Barragem Angico C/C 16389-9	-	-
Barragem Algodões C/C 5085	-	-
CEF C/C 1423-8	2.154.690	1.113.645
CEF C/C 4201-9 Barr. Tinguins	3.472.098	3.480.014
BB C/C 6098-4 P. B. Estreito	117.586	117.586
BB C/C 6270-7 Pav. Asfáltica	562.692	533.350
BB C/C 6121-2 Barr. Estreito	7.371.440	2.864.404
B.B. C/C 5995-1 poço Marruá	22.660.514	22.274.560
CEF C/C 055-5	2.500.000	-
TOTAL	38.839.020	30.383.559

7. IMOBILIZADO

O saldo apresenta-se da seguinte forma:

IMOBILIZADO	31.08.2007	2006
Edificações	27.402	27.402
Máquinas e Aparelhos	533.950	533.950
Veículos	119.345	119.345
Móveis e Utensílios	181.643	181.643
Outros	207.863	191.202
Imobilizado em Andamento	3.509.825	3.509.825
	4.580.028	4.563.367
Depreciação Acumulada	(794.250)	(794.250)
TOTAL	3.785.778	3.769.117

A empresa não possui um controle extra contábil, que identifique os bens por valor, data de aquisição, taxa de depreciação, etc.